



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

### A FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA A LUZ DA MEMÓRIA COLETIVA DOS PROFESSORES

Luciana Canário Mendes  
(UESB)

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro  
(UESB)

#### RESUMO

Mediante as teorias da memória, o presente texto tece algumas considerações sobre o corpo docente da Faculdade Formação de Professores em Vitória da Conquista – BA (FFPVC). Tal apresentação resultou da pesquisa de mestrado, que objetivou analisar a referida Instituição em sua trama conjuntural e social, a partir da documentação e da memória. Esta relação tornou-se necessária para recompor a atuação, no campo das memórias coletivas, dos professores “fundadores” desta Instituição. A implantação da FFPVC esteve imbricada ao projeto político e intelectual de formação de profissionais da educação para o atendimento das Leis nº. 5.540/1968 e 5.692/1971, como também a outros interesses de ordem regional, econômica, política, etc.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Educação; Ensino superior; Memória coletiva.

---

-Doutoranda e Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista CAPES. Graduada em Pedagogia pela UESB; Colaboradora do Museu Pedagógico - UESB e Membro dos Grupos de Pesquisa: Educação, Memória e História da Bahia: processos autoritários e ditadura militar (1964-1985) (coordenado pela Profª. Drª Livia Diana Rocha Magalhães) e Fundamentos em Memória, Religião, Imagem e Educação (coordenado pela Profª. Drª Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro). *Email:* lucianacanario@gmail.com;

- Orientadora - Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Doutora em Educação pela UFBA e Pós-Doutora em Educação pela UNICAMP. É pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas História, Educação e Sociedade no Brasil – HISTEDBR e ao Museu Pedagógico, no qual coordena o Grupo de Pesquisa Fundamentos em Memória, Religião, Imagem e Educação. *E-mail:* apcasimiro@oi.com.br.



## INTRODUÇÃO

Neste texto apresentamos uma análise resultante da pesquisa desenvolvida no mestrado sobre a Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista – BA. As preocupações aqui expressas se fundamentaram no pressuposto de que a educação não é um fator isolado do todo social, mas que, pelo contrário, só pode ser compreendida se for imbricada na multivariada prática social. Isso implica, necessariamente, em discutir as experiências coletivas, herdadas socialmente, bem como os acordos, as tensões e os conflitos que decorreram desse processo.

Com este intuito, realizamos uma pesquisa de caráter histórico-documental, bem como, recorreremos aos depoimentos de pessoas que foram partícipes desse processo e que revelaram as singularidades e temporalidades da trama constituída nestas narrativas, tendo em vista as percepções e apreciações, as correlações e tensões materializadas em seus discursos e, ao mesmo tempo, os materiais escritos que dão legitimidade legal a Instituição.

Sendo assim, essa discussão foi embasada pela categoria memória coletiva, desenvolvida por Maurice Halbwachs, mesmo que ele tenha construído sua teoria em termos sociológicos, consideramos que algumas questões são imprescindíveis neste trabalho. Uma dessas questões é que a memória coletiva é construída a partir de referências e lembranças próprias do grupo, ou seja, que dizem respeito à maioria de seus membros e que se relacionam com os grupos mais próximos. Considerando que os indivíduos estão imersos nesta trama social e compreendendo que, à medida que cada sujeito considera importante alguma lembrança do passado, ele passa a ter uma representação coletiva, logo, a memória se constitui numa memória social.

Essa tarefa não ocorreu sem dificuldades, tendo em vista a resistência de alguns sujeitos em conceder a entrevista. Em alguns casos, a resistência inicial foi quebrada pelo compromisso assumido de preservação da identidade dos entrevistados, o que nos levou a fazer a opção por não identifica-los nominalmente.

Não tivemos a intenção de esgotar a discussão sobre a problemática levantada e sim contribuir para a explicação das contradições inerentes ao processo de implantação



do ensino superior em Vitória da Conquista, por meio da recuperação, compilação, organização e análise de um importante patrimônio histórico. Na verdade, outro não foi o papel da pesquisa senão o de responder a algumas indagações acerca da cognominação da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista, como “embrião” originário da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – que aconteceria pouco tempo depois.

### **BREVES APONTAMENTOS DO CONTEXTO HISTÓRICO BAIANO**

Na década de 1950, a Bahia experimentou um período, mesmo que efêmero, de desenvolvimento econômico, tendo em vista que o governo procurou estabelecer metas de desenvolvimento articulado ao investimento, ao crescimento industrial (LIMA, 2008). Na década posterior, a exemplo do Brasil, intensificaram-se os processos de industrialização e urbanização no referido Estado, acrescido de reformas urbanas, sendo que a criação de novos empregos acelerou a migração para a capital e região metropolitana. Nesse contexto, decorreram significativas mudanças na política educacional,<sup>35</sup> configuradas, principalmente, pela necessidade de formação de recursos humanos para o projeto desenvolvimentista nacional, com o qual o Estado da Bahia estava estritamente vinculado<sup>36</sup>.

É interessante observar que o Governo do Estado planejou a expansão do sistema público de ensino, em todos os níveis e, evidentemente, contou com a ajuda de consultores internacionais. Inclusive, de acordo com o projeto financeiro, o Estado

---

<sup>35</sup> Por política educacional entendemos o conjunto de medidas tomadas (ou formuladas) pelo Estado e que dizem respeito ao aparelho de ensino (CUNHA, 1983, p. 439).

<sup>36</sup> Silva e Pina (2009) asseguram que o período 1940-1970 foi marcado pela perspectiva de “educar para enriquecer”, ensejada pelas visões liberal/desenvolvimentista, então dominante no período. Nessa compreensão, o Estado é quem controla e demarca as políticas públicas, inclusive educacionais, antenados ao processo geral de desenvolvimento mundial do capitalismo. As referidas autoras destacam que as séries de eventos que circunstanciaram as dinâmicas educacionais do período não foram suficientes para produzirem intervenções de espectros mais profundos e capazes de conduzir o estado a patamares educacionais condizentes com as guinadas econômicas sofridas no processo de industrialização (p. 68).



baiano arcou com 70% dos custos do projeto e o restante foi financiado pelo governo federal e por organismos internacionais (BRITTO, 1991).

No período entre 1968-1971, o Estado da Bahia foi governado por Luís Viana Filho, governador eleito, indiretamente, pela Assembleia Legislativa, por indicação do então Presidente Marechal Castelo Branco, o qual colocou à frente da Secretaria de Educação e Cultura, Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito (1967-1969)<sup>37</sup> e, no final do governo, Edivaldo Machado Boaventura (1970-1971).

No mencionado interregno, entre abril de 1967 a abril de 1968, foi realizado um diagnóstico da situação educacional do Estado e organizado dois planos, onde foram traçadas as metas e estratégias de uma nova política educacional: o Plano de Emergência e o Plano Integral de Educação e Cultura para o Estado da Bahia (PIEC), aprovados pelo Conselho Estadual de Educação.

O referido Plano apresentou como princípios básicos da política educacional, dentre outros, a necessidade de capacitação de recursos humanos visando à aceleração do desenvolvimento econômico, cultural e social do Estado e a integração e articulação da ação do setor público com o setor privado, através de objetivos comuns buscando uma maior eficiência para o sistema de ensino (BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969). Além disso, o supracitado Plano destacava que, entre os estados brasileiros, a Bahia alcançava o 14º lugar, na proporção entre universitários e habitantes. Essa classificação, acrescida dos contingentes dos níveis primário e médio, iria intensificar o estrangulamento do processo de desenvolvimento do Estado.

O referido Documento pretendia lançar propostas de intervenção, sobretudo em áreas até então consideradas pouco assistidas, de forma a aumentar a oferta de matrículas aos níveis do ensino primário e secundário, atual educação básica, e melhorar a qualidade do ensino, através da seleção racional de professores, e treinamento dos já existentes.

---

<sup>37</sup> De acordo com Cunha (2003) a linha de governo de Vianna Filho e de seu secretário de educação refletia-se nos investimentos, por conta disso, as ações desenvolvidas pelo Secretário, não tiveram boa aceitação por parte dos militares e ele foi exonerado. Em seguida, assumiu cargo na Unesco em Paris, convite que, em tempos de AI-5, era recomendável aceitar.



Em relação à demanda pelas Faculdades, o Documento é enfático ao afirmar que “no Estado da Bahia, o crescimento econômico facilmente observável na fase atual, implica um desenvolvimento e este cria necessidades de caráter sociocultural” (p. 69). Podemos inferir que o Secretário de Educação – Navarro de Brito tinha a ambição de “[...] promover uma grande transformação na estrutura socioeconômica da Bahia” (op. cit., p. 09).

No que concerne ao ensino público superior, o Plano o direcionou para a iniciativa estadual, promovendo sua interiorização, por meio da instalação de quatro Faculdades de Educação para formação de professores<sup>38</sup> (BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969).

Visando a atender tais objetivos é que, dentre outras medidas, se instalaram as Faculdades de Formação de Professores nos municípios de Vitória da Conquista, Jequié, Feira de Santana e Alagoinhas, somando-se à Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), criada na década de 1960.

É interessante observar que todas essas Faculdades ofereciam cursos de licenciaturas curtas, pois, com essa opção, o governo do Estado, a exemplo do que acontecia no País, estabeleceu políticas educacionais de caráter emergencial e aligeirado, sobretudo nas cidades interioranas. Ademais, com recursos escassos, permitia aos professores das faculdades de formação ministrar diferentes disciplinas para regiões carentes destes profissionais ou, ainda, “habilitava” os professores leigos.

Para Midlej (2004), as faculdades buscavam suprir as deficiências regionais na formação de professores para o 2º grau. Além disso, a instalação desses cursos era menos onerosa, dependendo basicamente da disponibilidade docente e de bibliotecas,

---

<sup>38</sup> Apesar de criadas em 1962, nos termos da Lei nº. 1.802, de 26 de outubro, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras em Vitória da Conquista, Ilhéus, Jequié, Caetité, Feira de Santana e Juazeiro, elas só começam a ser implantadas na final da década de 1960.



muitas vezes, precárias<sup>39</sup>, para o reconhecimento junto ao Conselho Federal de Educação<sup>40</sup>.

Em vista disso, os cursos de formação de professores, implantado mediante a interiorização do ensino superior na Bahia, decorreram das novas demandas educacionais criadas pelas Leis nº 5.540/1968 e nº 5.692/1971; dos baixos investimentos demandados pelas licenciaturas curtas e da necessidade de formação de recursos humanos para o projeto desenvolvimentista nacional, com o qual o Estado da Bahia estava vinculado (CHAPANI, 2012).

Por conseguinte, em 1969, foi promulgado um do Decreto Estadual nº 21.363, de 30 de julho com a instituição da Faculdade de Educação de Vitória da Conquista. No ano seguinte, o Governo do Estado criou a Faculdade de Formação de Professores, em Jequié, cidade que tinha estreitas relações políticas com o Governo Estadual, mas, a FFPJ só começou a desenvolver suas atividades acadêmicas no ano de 1977. Em 11 de fevereiro de 1971 através do Decreto-lei nº 68.219 foi concedida a autorização para o funcionamento da Faculdade.

Neste período, foi implantado o curso de Letras, que foi reconhecido pelo Decreto Federal nº 79.252, de 14 de fevereiro de 1977. Em 11 de fevereiro de 1977, pelo Decreto Estadual nº 80.552 foi autorizado o funcionamento do curso de Estudos Sociais e, em 17 de maio de 1979, também via Decreto Estadual, de nº 83.548, foi autorizado o funcionamento do curso de Ciências (com habilitações em Física e Matemática).

Neste ínterim, em 1981, no mesmo prédio onde funcionava a FFPVC, foram iniciados os cursos técnico-profissionais. Primeiramente o curso de Bacharelado em Administração, que seria, depois, junto com as Faculdades de Formação de Professores

---

<sup>39</sup> A biblioteca da FFPVC, por exemplo, segundo inventário realizado em dezembro de 1974 acusou apenas 1.005 livros e 45 revistas (UESB, 1982).

<sup>40</sup> Segundo o Diagnóstico Estratégico da UESB, as principais dificuldades para a implantação dessa Faculdade, especialmente nos dez primeiros anos, foram: difíceis condições salariais para seus docentes e funcionários, falta de condições estruturais (laboratórios, salas de aula, etc.) e de regulamentação dos profissionais do ensino superior (UESB, 1993).



de Vitória da Conquista e Jequié, pedra fundamental embrionária da Universidade do Sudoeste, logo seguidos de outros cursos.

Desde sua implantação até à sua autorização como Universidade, 1971 a 1987, respectivamente, essa Instituição desenvolveu uma política de implantação de novos cursos, capazes de atender às demandas apresentadas pelo mercado de trabalho e às necessidades sinalizadas pela comunidade. No ano de 1982, passaram a funcionar, integradas à UESB, a Escola de Agronomia, em Vitória da Conquista, a Escola de Enfermagem e Obstetrícia, em Jequié e a Escola de Zootecnia, em Itapetinga, com cursos de bacharelado com duração plena.

Pelos Decretos nº 119/87, do Conselho Estadual de Educação e Decreto nº 94.250, de 22 de abril de 1987, pelo Conselho Federal de Educação é autorizado o funcionamento da UESB, com sede em Vitória da Conquista<sup>41</sup> e em outros dois *campi*: em Jequié e Itapetinga.

## A MEMÓRIA COLETIVA DOS PROFESSORES

Para falar em memória, nos embasamos nas assertivas de Maurice Halbwachs, especificamente na obra “*A memória coletiva*”, publicada postumamente em 1950. Mesmo influenciado marcadamente pela visão durkheimiana, ele se contrapôs à ideia de que a memória é um fenômeno eminentemente individual ou biológico, ideia dominante nas pesquisas até então. Para este autor, a memória, mesmo sendo individual, abrange as dimensões coletivas, já que as lembranças individuais se amparam nas lembranças de outras pessoas ou do grupo de pertencimento, isto é, se desenvolve a partir de laços de convivência sejam eles familiares, profissionais, religiosos, etc.

Em outras palavras, os grupos compartilham experiências comuns, circundadas por determinados quadros sociais que, por sua vez, estão relacionados a lugares, tempos, valores etc. Para este autor, a memória coletiva se solidifica na continuidade,

---

<sup>41</sup> Especificamente, o *campus* de Vitória da Conquista foi construído a 3 km da área urbana. Essa distância entre as comunidades local e universitária parece ser uma característica geográfica da maioria das universidades criadas durante o regime militar.



porque só retém do passado o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém e, deve ser vista sempre no plural – pois, são memórias coletivas múltiplas, de diferentes grupos sociais situados num contexto espacial e temporal.

Diante do exposto, nos apoiamos nas assertivas de Halbwachs ao destacar que toda recordação<sup>42</sup> individual é sustentada pela memória coletiva, ou seja, por um contexto social constituído pela linguagem e pelas noções e representações do tempo e do espaço e, há tantas maneiras de representar o espaço quantos grupos existem. Assim sendo, é o grupo social que garante a continuidade do passado no presente.

Fentress e Wickham (1992) teceram algumas críticas sobre esse privilégio que Halbwachs concede ao coletivo em detrimento do individual, deixando em segundo plano a questão do relacionamento entre a consciência individual e a das coletividades que os indivíduos construíram (p. 08). Por isso, preferem usar a designação “social” ao invés de “coletiva” para designar a memória, pois, acreditam que o adjetivo social contempla também a participação do indivíduo na construção da memória.

Naturalmente, não desprezamos outras abordagens, inclusive aquelas que contrapõem os postulados halbwachianos, como as mais recentes, de Magalhães e Almeida (2011) quando ressaltam que as memórias coletivas ocorrem em meio às tensões, conflitos e mecanismos de controle da transmissão da memória social. As memórias coletivas são mantidas por interesses de grupos de referência social e, por isso, são marcadas pelas visões de mundo dos diferentes sujeitos. Para os autores supracitados, as memórias coletivas e/ou social, dialeticamente se cruzam no processo de transmissão social, seja pela tradição escrita, prática ou oral, estabelecendo vínculos entre presente e passado.

Por meio de uma primeira aproximação com esses testemunhos, podemos destacar que os protagonistas formularam interpretações diversificadas sobre a origem da FFPVC, mas, como ponto em comum, observamos a centralidade da Faculdade na Formação de Profissionais para o magistério. Como a memória coletiva consiste no grupo

---

<sup>42</sup> Para Halbwachs recordar significa voltar a evocar, mediante a interação social, a linguagem, etc., ou seja, reatualizar a memória do grupo social de pertencimento (2006, p. 42).





visto por dentro, onde as semelhanças passam para o primeiro plano, buscamos nos relatos os seus aspectos de conteúdo idêntico, ou seja, os diversos traços essenciais ao próprio grupo, conforme afirmava Halbwachs (2006).

Foram recorrentes as informações naquele momento histórico, a perspectiva era a de cuidar da preparação e capacitação de recursos humanos, em função do grande crescimento da rede pública de ensino, decorrente da urbanização e crescente demanda dos setores assalariados e da classe média baixa pelo acesso à educação universitária.

Em vista disso, os primeiros professores contratados para lecionar na Faculdade eram oriundos de cidades circunvizinhas, pois havia poucos professores graduados na cidade e na região. Essa informação pode ser confirmada no relatório produzido pelo então diretor. No ano de 1972, o curso de Letras foi estruturado por cinco disciplinas e ministrada pelos seguintes professores: Antônio de Moura Pereira, que ministrava a disciplina Literatura Brasileira, José Antônio de Castro Tanajura (Francês), Maria Laura Veloso da Silva (Didática), Rubem Soares Cavalcanti (Psicologia) e Zélia Chéquer Freire (Língua Portuguesa). Esse mesmo relatório nos informou que, em 1973, já havia outros três professores, que já lecionavam (Gerson de Oliveira, Thelma da Conceição Diniz Correia Leite e Zélia Saldanha), mas, aguardavam a liberação do contrato junto a Secretaria de Educação. Segundo depoimentos todos esses professores foram convidados, pessoalmente pelo diretor, para integrar o corpo docente da Faculdade e não tinham experiência com o ensino superior.

Em 1976, começou a ser programada a oferta do curso de Estudos Sociais e Ciências. Visando atender essa solicitação, o Governo do Estado, por meio do DESAP, começou a recrutar candidatos licenciados em Letras, Educação, História, Geografia, Ciências Sociais, dentre outros, para compor o quadro docente como também ampliar os cursos de algumas faculdades de formação de professores já existentes. Uma professora relata que todas as despesas com passagens e hospedagem eram pagas pela Secretaria de Educação.

De acordo com um professor, o processo seletivo realizado pelo DESAP consistia na análise do currículo, entrevista e a participação num curso de aperfeiçoamento,



inclusive com bolsa de estudos concedida pelo Ministério da Educação. Os alunos aprovados neste curso eram direcionados para lecionarem nas Faculdades existentes.

Na avaliação dos professores, havia um preconceito quanto à modalidade dos cursos ofertados, não no nível local, mas, em geral, especialmente dentro das comunidades científicas. Entretanto, para a realidade da Bahia, essas Faculdades representaram um avanço, porque, a partir daquele momento um professor formado em Letras, mesmo que em licenciatura curta, representava mais do que um professor leigo. A esse respeito uma professora destacou que:

Então, por dentro da estrutura nós fomos mudando a estrutura nos métodos nas práticas e nas próprias finalidades. Transformamos a finalidade de só capacitar professores num espaço de convivência com a sociedade, num espaço de crítica, de autocrítica, de lutas, de reivindicações, de questionamento da ordem vigente, de participação política na cidade.

Complementarmente, outro professor relatou:

A origem da Faculdade foi uma iniciativa governamental, mas a sua expansão se deveu a pressão da comunidade por reconhecer que ela traria, como tem trazido, benefícios para a região, para o seu crescimento, para a sua expansão (GUSMÃO, 2001, p. 391).

Em vista disso, a comunidade regional começou a pressionar o Governo para que a Faculdade não oferecesse apenas os cursos de formação de professores.

Desde a FFPVC e depois, com a UESB, os professores já tomavam posicionamentos radicais quanto às questões políticas que subordinavam professores e alunos aos propósitos do governo ditatorial e, logo nos primeiros anos da Universidade, foram criadas as categorias sindicais dos professores (Associação de Docentes da UESB/ADUSB), alunos (Diretórios Acadêmicos) e funcionários (Associação de funcionários da UESB/AFUS), a exemplo do que acontecia nas outras Faculdades de Formação de Professores, Instituições de Ensino Superior e no restante do país. Ao lado disso, havia um acirramento muito forte entre o que naquela época era chamado de



“esquerda” e a chamada “direita” (que predominava entre os partidos e eleitores que apoiavam a ditadura).

No tempo da FFPVC, os professores realizaram, junto com os alunos e funcionários, semanas de cultura, com palestra e manifestações de arte nas praças da cidade e, em momentos de tensão com o Governo, pediam apoio às entidades de classe e sindicatos, coparticipando, inclusive, com o sindicato de professores municipal e estadual, de movimentos contra as administrações municipais e estaduais.

Nesse contexto, a FFPVC e, posteriormente, a UESB foram palco e alvo das disputas entre grupos políticos dos quais faziam parte alunos, funcionários e professores, mas, que juntos enfrentavam o governo nas questões salariais e de infraestrutura para melhoramento da educação. Ao lado desses, havia inúmeros professores que comungavam na mesma taça do governo, sendo estes geralmente os escolhidos para o preenchimento de cargos de confiança na cidade e na Autarquia recentemente criada.

Em relação à repercussão social e educacional da FFPVC, a maioria dos docentes afirmou que, naquela época, a questão do ensino superior na Bahia começava a engatinhar e muitos alunos mudaram sua visão de mundo, sua consciência política e seus conhecimentos por causa da oportunidade que tiveram em frequentar uma faculdade. Nas palavras de uma professora,

Deve ter sido bom para os professores, para seus alunos, para seus filhos, para a família, para a cidade, mas, não podemos superdimensionar uma coisa cuja dimensão era ainda muito pequena. Eu poderia dizer que ela era pequena e insuficiente se formos comparar com as faculdades da capital, naquela época, ou com as faculdades do sul do País, com a USP, UNICAMP, etc., mas, esta foi a que nos coube, ou seja, antes com ela do que sem nada. Entretanto, acho que o embrião germinou e graças às facilidades de comunicação, transporte, telefonia, informática que temos hoje. Aos poucos a UESB, apesar de todas as dificuldades por que passa pode dialogar, de igual para igual com outras universidades que já eram árvores frondosas quando a FFPVC era um simples embrião.

A mesma depoente reforça a ideia ao dizer que:



Apesar de todas as dificuldades iniciais apresentadas na criação da FFPVC e transformação em UESB, podemos afirmar que o Governo atendeu, em parte, às necessidades de capacitação dos seus quadros. Quem quis sair para a pós-graduação teve ajuda de custo, dispensa das atividades docentes com prorrogação de até cinco anos, e outros emendaram o processo do mestrado com o curso do doutorado. Só não saiu para se pós-graduar aqueles que não quiseram ou não puderam. Aliás, naquele tempo alguns consideravam que tinham vocação para docência, mas não tinham para pesquisa.

## CONCLUSÕES

Com base nos documentos e depoimentos de memória, podemos afirmar que se tratou de um governo ditatorial orientado para um determinado projeto econômico, social e educacional. Eles pretendiam um desenvolvimento atrelado aos princípios capitalistas, uma sociedade ordeira e pacífica e uma educação que atendesse a uma demanda cada dia mais crescente – porém, uma educação conformadora, cujos conteúdos fossem capazes de catalisar os conflitos e manter o *status quo*. E, de fato, as leis educacionais evidenciam isso quando determinam disciplinas como Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Estudos Sociais – em detrimento da Sociologia, Filosofia, História e Geografia, que facultariam o conhecimento integral e o livre pensar. Alguns relatos passaram em branco, mas outros recuperaram essas questões.

É imprescindível mencionar que, desde a década de 1960, o Estado visava à “modernização do país”, concatenado com requerimentos do capital internacional e o sistema educacional sempre foi considerado um elo necessário para o desenvolvimento econômico e social. Como consequência deste contexto, acentuou a demanda pelo ensino público superior, articulada dialeticamente com a sociedade estruturada sob o modo de produção capitalista e com a função coercitiva que o Estado assumiu neste período ditatorial.

Ao lado disso, no final da década de 60, do século passado, pressões, inclusive situadas nos grandes centros e política urbana de consolidar cidades de médio porte,



necessidades de expansão do capital, fez com que o governo passasse a articular o processo de implantação das Faculdades de Formação de Professor, dentre elas a de Conquista. A trajetória da FFPVC compõe um fenômeno importante pelas imbricações na vida do município e da região. Esse fato é bastante expressivo, sobretudo sob as lentes dos relatos de memória.

Na verdade, desde os anos de 1960, já existia o interesse da população interiorana para a implantação de uma instituição de ensino superior em Vitória da Conquista, o que aconteceu, com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política, entretanto, ela não teve êxito, por motivos que ainda serão investigados.

Para a maioria dos sujeitos, a Faculdade foi significativa, mesmo que num primeiro momento ela não tenha se estendido a toda a população, nem tenha cumprido o papel acadêmico que hoje se exige, mas, mesmo assim a sua contribuição não se restringiu ao campo educacional.

Observamos também que, apesar de ficar configurada uma memória coletiva, muitos dos depoentes não vivenciaram inteiramente a FFPVC e as transformações históricas da UESB e da universidade brasileira no geral. Os professores que passaram pela FFPVC nos primeiros anos da década de 1970, ou aqueles que já ingressaram na recém fundada UESB nos anos de 1980, tinham visões diferenciadas da Instituição e dos seus problemas. O mesmo argumento vale para aqueles que ingressaram após o fim da ditadura. Daí ficarem explicadas algumas visões românticas de engajamento, dedicação total ou de atividade acadêmica extrema. O próprio crescimento da Universidade e a agilidade das comunicações com outras instituições, mudou o perfil dos agentes entrevistados. Poderíamos falar, portanto, em memória de vários grupos intersectados.

Em síntese, a combinação de fontes informativas com os relatos de memória nos permitiu, neste trabalho, juntar as visões individuais, lembradas com os números frios de dados ou notícias impressas. Após a realização deste estudo - que aqui não se fecha, mas que apenas abre outras perspectivas para estudos futuros, não temos dúvida ao afirmar que a FFPVC representou um marco na história sócio educacional conquistense e - aspecto nunca desprezível - viabilizou desejo de professores, que, até então, não haviam galgado curso superior.



## REFERÊNCIAS

- BAHIA. **Plano Integral de Educação e Cultura do Estado da Bahia**. Governo de Luís Viana Filho.(documento oficial). Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1969. Volume I.
- BRITTO, Luiz Navarro de. **Educação na Bahia: propostas, realizações e reflexões**. São Paulo: T.A Queiroz; Salvador: Faculdade de Educação da UFBA; Brasília: INEP, OEA, 1991. Volume I. (Coleção Navarro de Britto)
- CHAPANI, Daisi Terezinha. A formação de professores na gênese do sistema estadual de ensino superior da Bahia. **Revista Brasileira Histórica de Educação**. Campinas – SP, v. 12, nº 01, p. 145-166, jan./abr. 2012.
- CUNHA, Maria Couto. **A dinâmica e os fatores condicionantes da criação de cursos da educação superior no Estado da Bahia**. 2003. 202f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social**. Lisboa: Teorema, 1992.
- GUSMÃO, Pedro de Souza. É muita coisa para contar. In: VILLAS BÔAS, Elzir da Costa (Org.). **UESB: memória, trajetória e vivências**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001. p. 359-363.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LIMA, Iracema Oliveira. Desenvolvimento regional e a organização da educação superior estadual baiana. **Ciência & Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 55-60, 2008. Disponível em: <<http://srv02.fainor.com.br/revista/index.php/memorias/issue/view/2>>. Acesso em: 14/02/2014.
- MAGALHÃES, Livia Diana R.; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas. Relações simbióticas entre Memória, Ideologia, História da Educação. In: CASIMIRO, Ana Palmira B. S. Casimiro; LOMARDI, José Claudinei (Org.) **História, Memória e Educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.
- MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. **Universidade e região: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. IN: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al.]. **Instituições escolares no Brasil - conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. – (Coleção Memória da Educação).
- SILVA, Antônia Almeida; PINA, Maria Cristina Dantas. Educar para enriquecer: o liberal desenvolvimentismo, o projeto tecnocrático e a educação pública na Bahia (1940-1970). **Revista HISTEDBR**. Campinas, n. 36, p. 57-69, dez. 2009.



ISSN: 2175-5493

**XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO**

14 a 16 de outubro de 2015

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista:** crônica de uma cidade. Vitória da Conquista: PMVC (ed. comemorativa). Brasil Artes Gráficas Ltda., 1992.

UESB. **Diagnóstico estratégico para a ampliação da UESB na perspectiva da criação de novos cursos.** Vitória da Conquista: UESB, 1993.